

AS COOPERATIVAS DE CRÉDITO MÚTUO APLICADO ÀS MICROFINANÇAS

Antonio GUERRA JUNIOR (Universidade Paulista ó UNIP; PG - USCS)
Laércio Baptista DA SILVA (Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS)
Luis Paulo BERCIANI (USCS)
José Carlos MARION (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUCSP)

RESUMO

O presente estudo apresenta uma análise sobre a realidade das cooperativas de crédito mútuo no Brasil, sobretudo no cenário de microfinanças. O ecossistema das Instituições de Microfinanças ó IMFs é abordado, tanto quanto sua estrutura funcional, cuja importância se traduz em seu desempenho, reconhecido pelos avanços em investimentos produtivos, na reorganização da produção e no incentivo à poupança. Assim, de modo que as suas contribuições vão ao encontro do corolário das políticas de crescimento econômico e de redução de pobreza em diversos países. As cooperativas de crédito estão presentes entre soluções preconizadas pelas instituições de fomento nos países em desenvolvimento, sempre visando aumentar a cultura produtiva ao incentivar o empreendedorismo, a distribuição de renda, a redução das desigualdades e a pobreza.

Palavras-chave: Cooperativismo de Crédito Mútuo. Sistema Financeiro Nacional. Microfinanças.

1 INTRODUÇÃO

Esse estudo está vinculado à linha de pesquisa da área de Gestão e Inovação Organizacional do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) ó SP. Já o intuito da pesquisa que originou esse artigo foi examinar o cenário das Cooperativas de Crédito Mútuo (CCMs) da contemporaneidade, analisando-se alguns processos, vantagens e aventurando-se a fazer algumas previsões conjunturais. As CCMs foram empregadas como instrumentos sociais nessa pesquisa, que teve de demonstrar a importância das mesmas no Sistema Financeiro Brasileiro.

O cooperativismo de crédito encontra-se hoje imerso em suas possibilidades de abertura e consolidação, em grande parte, graças à gradual flexibilização de normas do Banco Central, desencadeada a partir da metade da década de 1990.

As bruscas mudanças implicaram num novo formato de supervisão das cooperativas de crédito, permitindo a descentralização, sob a incumbência de entidades do próprio movimento (Resolução n. 1.914, de 27/05/1999). Além do mais, deve-se destacar, também, outras variações como a redução de exigência de capital inicial para a abertura de novas cooperativas

(que passou de R\$ 45 mil para R\$ 3 mil - Resolução n. 2.771, de 30/08/2000) e a permissão para a constituição de bancos múltiplos (Resolução 2.788, de 30/11/2000).

Desta forma, ao buscar a canalização da poupança e disponibilizar serviços bancários dos mais diversos, as cooperativas de crédito seguem paulatinamente, ampliando o seu quadro social e, por conseguinte, as suas operações financeiras. Esse fato ocorre, apesar dos permanentes embates das cooperativas com os bancos oficiais, em virtude de, estes, centralizarem as operações das linhas de crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o PRONAF, nessa área.

As atividades das cooperativas de crédito, por sua vez, implicam em assumir diversos tipos de risco: de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, legal e de reputação. Estes riscos têm o potencial de gerar perdas financeiras para a instituição, podendo acarretar desequilíbrio que, em casos extremos, conduzem ao seu fracasso e à sua insolvência.

O cooperativismo de crédito é de suma importância para toda a sociedade, por tratar-se de uma alternativa de aplicação de recursos privados de seus associados em favor de suas próprias comunidades onde se desenvolvem.

Desse modo, torna-se de especial relevância investir em estudos sobre o impacto das cooperativas de crédito no Sistema Financeiro Nacional, e aqui buscou-se realizar. A exemplo desse trabalho, foi feita uma extensa investigação durante o período de 2005 a 2011. É certo que não se pretende esgotar um assunto tão rico, mas apresentar uma consistência que alcance visão panorâmica do Sistema Financeiro e do impacto das cooperativas de crédito no segmento de microcrédito, no período estudado.

Há que se destacar, contudo, que o sistema cooperativo navega na contramão do sistema capitalista onde as instituições financeiras se abrigam. Como são duas versões antagônicas de captação e aplicação de recursos financeiros, torna-se imprescindível sua menção. Algumas modalidades como o microcrédito terão maior relevância nesse estudo, por diversos fatores que beneficiam os associados e a sociedade em geral, como a geração de trabalho e riqueza, a distribuição de renda, a desburocratização e a retribuição dos ganhos e da produção de maneira mais justa.

2 O CONTEXTO NACIONAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

São as dinâmicas, que as cooperativas instituem no mercado de crédito torna notória sua aceleração. Entender as cooperativas de crédito como fomento à investimentos produtivos explica sua influência na reorganização da produção nacional, de distribuição de renda e de diminuição da pobreza no Brasil, assim como acontece em diversos países. No Brasil as cooperativas de crédito têm surgido com bastante intensidade ao longo das duas últimas décadas.

A cooperativa de crédito é uma associação de pessoas, que buscam através da ajuda mútua, sem fins lucrativos, uma melhor administração de seus recursos financeiros. Seu objetivo é prestar assistência creditícia e a prestação de serviços de natureza bancária a seus associados, com condições mais favoráveis. No Brasil as cooperativas de crédito são equiparadas às instituições financeiras (Lei nº 4.595) e seu funcionamento é autorizado e regulado pelo Banco Central do Brasil. O cooperativismo está na Lei 5.764/71 e na Lei Complementar 130/2009. Essas prerrogativas são consequência do crescimento dessas associações, que a partir de 1990, superou as autorizações concedidas pelo Banco Central do Brasil em relação às demais instituições financeiras.

Diante do cenário de incerteza, a qual se deflagrou a sociedade, dita pós-moderna ou contemporânea, as alternativas que surgiram como resposta ao modelo de desenvolvimento econômico mundial predominante, o liberalismo econômico, tão desigual quanto instável, estão representadas por uma ínfima minoria. Não surgem de instituições governamentais e

nem privadas, mas civis, como no Brasil, através das cooperativas de crédito, que não ultrapassam 2% do número de instituições financeiras nacionais.

Muitos dos fenômenos frequentemente rotulados como pós-modernos na verdade dizem respeito à experiência de viver num mundo em que presença e ausência se combinam de maneiras historicamente novas. O progresso se torna esvaziado de conteúdo conforme a circularidade da modernidade se firma, e, num nível lateral, a quantidade de informação que flui diariamente para dentro, envolvida no fato de se viver em "um mundo", pode às vezes ser assoberbante. (GIDDENS, 1998, p.155)

No entanto, em número de associados, conseguem consolidar-se entre as 6 maiores organizações do País. O momento de gradual flexibilização das normas do Banco Central, ocorrida na metade da década de 1990, incentivou, entre outras coisas, a corrida de ocupação dos espaços deixados pelas instituições bancárias tradicionais. A falta de interesse dos bancos privados, por dedicação a negócios mais ôlucrativos, intensificou essa alta.

Já a importância das cooperativas de crédito mútuo para o sistema financeiro brasileiro está relacionada com as microfinanças¹. Pois são 35 milhões de brasileiros demandantes dessa categoria de concessão de crédito. A vicissitude de aplicações de recursos privados dos associados ocorre em favor da própria comunidade onde se desenvolvem, o que traduz um dos grandes diferenciais em vantagem de investimentos. Fato que se concretiza da obtenção do justo preço dos produtos e serviços, decorrentes do fato de a cooperação gerar a economia de escala². Dessa forma, podem ser, as cooperativas de crédito, um modelo relevante para o desenvolvimento econômico nacional enquanto alternativa de renda, se comparado ao sistema privado.

Porém, o conjunto de indivíduos que apresentam características semelhantes, e que, comungam interesses similares suficientes para desenvolverem atividades econômicas, cresce tanto quanto a velocidade da informação e comunicação, o que é peculiar do século XXI. Abrange e intensifica as formas de sociabilidade, de solidariedade e manifesta-se nos vínculos estabelecidos entre esses indivíduos, pois representam uma forma de entendimento da trajetória dos grupos cooperativos, sobretudo no desempenho de atividades interdependentes, a começar das responsabilidades financeiras.

No geral, aparecem como organizações à procura de maior estabilidade, segurança e garantias para seus associados, e operam com um conjunto de regras justas, o que, portanto, as fazem ser reconhecidas por oferecerem incrementos de renda aos beneficiários de sua agremiação.

As cooperativas se situam numa sociedade capitalista e buscam desenvolver um projeto que carrega consigo uma proposta alternativa. Por certo, tal reflexão apresenta uma extensa trajetória. O Projeto cooperativo moderno se entrelaça nas origens do cooperativismo utópico. Não se pode inventar a roda, mas sim, melhorá-la e utilizá-la para outras funções.

As Cooperativas de crédito mútuo surgem no Sistema Financeiro Brasileiro, bem como no cenário econômico-político-social brasileiro e internacional como um contraponto ao fluxo estruturante, mas até quando irá conseguir seu aperfeiçoamento até encontrar um ponto de equilíbrio com as outras propostas disponíveis no mercado financeiro. Fatores como a revolução do setor terciário, os altos incentivos para a fomentação do empreendedorismo, o novo filão de mercado e não menos revolucionário, chamado de sustentabilidade, a

¹ As **Microfinanças** referem-se à prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para população de baixa renda, tradicionalmente excluída do sistema financeiro tradicional, com utilização de produtos, processos e gestão diferenciados.

² **Economia de escala** é aquela que organiza o processo produtivo de maneira que se alcance a máxima utilização dos fatores produtivos envolvidos no processo, procurando como resultado baixos custos de produção e o incremento de bens e serviços. Ela ocorre quando a expansão da capacidade de produção de uma empresa ou indústria provoca um aumento na quantidade total produzida sem um aumento proporcional no custo de produção. Como resultado, o custo médio do produto tende a ser menor com o aumento da produção. Mais especificamente, existem economias de escala se, quando se aumentam os fatores produtivos (trabalhadores, máquinas, etc.), a produção aumenta mais do que proporcionalmente.

necessidade da inclusão social, são outros tantos fatores motrizes para a estruturação da produção interna, o que favorece essas associações, como pode ser visto em diversos outros países, desenvolvidos ou em desenvolvimento.

À essas respostas nesse sentido serão apresentadas, a seguir, uma série de informações que ampliarão o entendimento e apontarão para possíveis saídas aos tantos entraves que surgem no caminho do desenvolvimento do Brasil, no momento em que os grandes acontecimentos no mercado global favorecem o País, a começar pela supervalorização das *commodities*, do barateamento tecnológico e da automação industrial.

Diante das aceleradas mudanças no cenário socioeconômico recente do Brasil e do mundo, ocasionadas por diversos fatores como o processo de globalização, a fragilidade das economias das potências mundiais, a inovação, a alta tecnológica e sua crescente democratização, aliadas à velocidade da informação, ao revolução do terceiro setor e ao esgotamento de recursos naturais, fizeram com que os governos criassem políticas econômicas que trouxessem maior estabilidade à população como um todo. Uma vez controlados os juros e a inflação, é provável o surgimento e a expansão dos serviços de crédito mútuo, oferecidos pelo governo.

Contextualizar as operações das Cooperativas de Crédito Mútuo no atual cenário socioeconômico e financeiro no macroambiente do Sistema Financeiro Nacional busca também responder à seguinte questão: Quais são as contribuições das cooperativas de crédito mútuo para o sistema financeiro vigente e em turbulência, uma vez que suas atividades implicam em assumir diversos tipos de riscos - de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, legal e de reputação?

3 OS VÍNCULOS SOCIAIS E O COOPERATIVISMO

Quando um conjunto de indivíduos, que apresentam características comuns, comungam de interesses similares para desenvolver uma atividade econômica, as formas de sociabilidade, de solidariedade e de seus vínculos, representam uma forma de entendimento na trajetória dos grupos cooperativos. Desta forma, o pensamento de Durkheim (1999) buscou compreender a ação do homem através de formas de integração pautadas na solidariedade mecânica e na solidariedade orgânica, onde a divisão do trabalho representava o elemento que distinguia uma sociedade moderna de uma sociedade atrasada, constituindo-se numa perspectiva importante para compreender as práticas estabelecidas pelos indivíduos que integravam as cooperativas.

Como a divisão do trabalho nas sociedades modernas é mais que um fenômeno econômico, é um fenômeno social, resultante de causas sociais, os indivíduos, ao mesmo tempo em que possuem maior autonomia, apresentam também maior dependência dos grupos, ressalta Durkheim (1999).

A justificativa *durkheimiana* está atrelada às influências das ideias de Augusto Comte e Saint-Simon, os quais buscavam, através de suas reflexões analíticas, responderem às questões de uma nova ordem social, sendo este o propósito utópico das cooperativas.

Ao criticar as doutrinas economicistas, por conta de sua visão de autorregulação do mercado, e as doutrinas socialistas clássicas, por considerar o Estado como detentor dos meios de produção, onde a vida econômica também se auto-organizaria, Durkheim (2002) colocava em discussão a regulamentação da moral para que houvesse uma ordem social e as associações profissionais representassem a forma de moralização dessas relações.

Para o autor, há que se considerar que apenas o entendimento do consenso em sociedades, especializado ou em vias de especialização, dos processos de solidariedade lançados por Durkheim através da perspectiva trazida pela análise da divisão do trabalho social, poderiam ser mais promissores do que o de conflito para a coesão social.

Se para Mauss (2003), a moralidade aplica-se somente ao indivíduo, para Durkhiem representa um elemento para governança dos contratos. Esse fato se contrapõe ao egoísmo dos utilitaristas, já que apenas a dádiva e a retribuição representariam uma forma não utilitarista de vínculos entre os indivíduos.

Neste sentido, de investigar formas de vínculos entre os indivíduos na construção de um projeto cooperativo de crédito em áreas rurais, as formas de solidariedade, reciprocidade, afetividade e tradição representam pontos relevantes para situar o debate sobre o cooperativismo de crédito em comunidades pobres.

Os elementos morais, retomados pelas experiências recentes para a construção de sistemas financeiros alternativos, tendo como base os mecanismos de sistemas de crédito que não estão submetidos à lógica de mercado, consistem, portanto, em dimensão a partir da qual cooperativas de crédito vêm buscando construir uma proposta alternativa, imbuída do propósito de permitir a ampliação das oportunidades de trabalho.

4 A AÇÃO ECONÔMICA DA COOPERATIVA

Os interesses condicionantes envolvidos na cooperação são atendidos quando a entidade cooperativa, agindo no mercado em nome de seus membros, maximiza os benefícios oriundos de suas atividades econômicas na obtenção/ aquisição de bens ou serviços, ou na intermediação/colocação/alienação de bens ou serviços produzidos pelos cooperados por meio da cooperação.

Para Benato (2007), valorizando o homem enquanto ser dinâmico, em busca de sua emancipação e dignificação, o cooperativismo, forte em seus valores fundamentais, repudia a filosofia do caritativíssimo³, investindo na educação de seus membros o que faz com que o interesse participativo no fomento econômico assuma naturalmente, ensejando a realização dos demais interesses nela envolvidos.

As vantagens econômicas resultantes do cooperativismo são inúmeras, destacando-se:

- a) a obtenção do justo preço dos produtos e serviços, decorrentes do fato de a cooperação gerar a economia de escala;
- b) o surgimento de uma organização econômica que possibilita e gera, a supressão, nas cadeias econômicas, de intermediários e seus lucros;
- c) a negociação em larga escala, com conseqüente aumento do poder de barganha;
- d) o alcance estratégico de melhores mercados e a dedicação a atividades secundárias, embora importantes, que alavanquem todo o processo produtivo.

É importante atentar para os pontos filosóficos do cooperativismo onde a racionalidade é um dos seus princípios.

Giddens (1998, p.15) relata que, segundo Weber, a racionalidade é resultante da relação social e, de acordo com a sua regularidade pode ser um costume, uma relação regular ou um hábito que se transforma em uma forma espontânea de agir, onde o conceito de ordem legítima é decorrente dessa relação estável ou de fatores complementares.

[...] não há uma única racionalização visto que, por englobar três fenômenos relacionados entre si, facultam a origem a várias formas de racionalização, tomadas a partir da combinação de ãintelektualizaãõ ou õdesencantamentoõ do mundo, ampliação da racionalidade em relação ao fim prático e melhoria do cálculo do meio mais adequado, sendo a ampliação da racionalidade construída a partir de uma ética orientada para objetivos. (GIDDENS, 1998, p. 53).

³

Caritativismo . caridade, filantropia, generosidade, benevolência.

E, então, situa-se nesse contexto, a dialética da cooperativa: de um lado ao atuar em uma economia capitalista, com uma perspectiva não capitalista; e de outro, no estabelecimento de formas que não privilegiem dominação ou de concentração do poder. Contudo, para Weber, as formas de dominação e concentração de poder não têm como ser suprimidas das organizações podendo ocorrer em maior ou menor intensidade nelas.

Mesmo em pequenas organizações, para Weber (2000, p. 191), há um grande contato entre os membros da associação, e constitui-se assim um conhecimento mútuo profundo. Isso faz com que sejam considerados socialmente iguais à dominação, mesmo que minimamente.

5 O NOVO RUMO DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

O panorama que se descortina às Cooperativas de Crédito no cenário brasileiro é bastante estimulante. A política de se erradicar a pobreza no país orquestrada pelo Poder Público, só terá bom desempenho se alicerçada também nas Cooperativas de Crédito. Isso ficou provado pela edição da Resolução n. 3.106/03 que permitiu às mesmas a abertura de novos mercados. O próprio Banco Central do Brasil vem estimulando a mudança de hábitos de brasileiros enraizados no passado.

A grande maioria das cooperativas brasileiras (50%) ainda tem, em seus estatutos, a previsão de atenderem apenas à um público específico, normalmente o de funcionários ou profissionais de uma mesma categoria, fato este que limita o crescimento do *marketshare*, ou seja, a participação de mercado das Cooperativas de Crédito, tanto no microcrédito como nas operações de valores maiores.

Se fosse explorado com mais vigor este ôpassivíssimo metódicoö de como agem a maioria das Cooperativas de Crédito, os números poderiam ser melhorados.

Além disso, autoridades do Banco Central do Brasil dão testemunho público a favor do cooperativismo com o fez o Secretário Executivo do Banco Central, Sr. Edson Feltrin, ao desenvolver uma palestra que teve como tema ôBanco Central e a Economia Nacionalö.

Diferentemente dos países desenvolvidos, onde o Banco Central é um órgão técnico e não político, o Brasil financeiro está submetido ao Poder constituído. O Poder Público que, em outro momento, estendeu a mão às Cooperativas de Livre Adesão, consideradas cópias fiéis da cooperativa ôLuzattiö Esta permanece em funcionamento por beneplácito das autoridades financeiras constituídas, com apenas três delas. No entanto, torna-se difícil estabelecer o prazo de provável atrito entre estas cooperativas e os demais bancos, operando numa mesma região. [frase pouco clara]

Depois da edição pelo BACEN, da Resolução nº 3.106 de 25 de junho de 2003, autorizando a atuação das cooperativas de livre admissão que, posteriormente substituída pela Resolução nº 3.321 de 30 de setembro de 2005, veio a disciplinar, de forma pormenorizada, a estrutura mínima dos projetos de constituição e de transformação de cooperativas de crédito, torna-se impraticável qualquer prognóstico.

Para que as Cooperativas de Crédito pudessem experimentar maiores percentuais de crescimento no Brasil e assumissem um papel mais importante na concessão de empréstimos, também ao público alvo do microcrédito, o CMN - Conselho Monetário Nacional editou em 2003 a Resolução n. 3.106/03 permitindo que as Cooperativas pudessem transformar-se em "livre admissão de associados", deixando as mesmas de ser essencialmente rurais ou de crédito mútuo "fechadas".

A compreensão *in loco* desse fenômeno local, regional, nacional e internacional é, sem dúvida, um estudo indispensável para se criar regras mais claras e compatíveis com as mudanças constantes de paradigmas, quer seja na vida social, econômica ou corporativa, mas, sobretudo, culturalmente. As possibilidades de alto desempenho econômico só não acontecem de forma mais acelerada, justamente pelo fator cultural, conforme abordado nesse trabalho,

apontado como uma enorme barreira ao desenvolvimento do pequeno empreendedor e possivelmente do mercado corporativo de forma geral.

Seja pela falta de uma comunicação mais eficiente, capaz de gerar uma consciência sobre as possíveis alternativas de trabalho e renda, ou pela deficiência da estrutura nacional que permitiria maior disseminação das organizações voltadas para o crédito mútuo e microcrédito. Esta modalidade, tida, nesse estudo, como uma solução, em primeira instância, para se enfrentar os diversos desafios ao desenvolvimento social no País.

Sabe-se que as Cooperativas de Crédito tem fundamental importância no cenário nacional quando analisada sua expressão na rede de atendimento do país. Em Dezembro de 2010, os quase 4.500 pontos de atendimento cooperativo representavam 18,5% de todas as agências bancárias brasileiras, ou 10,5% quando considerados também os PABs e os PAPs⁴.

O que se percebe, no entanto, é que das mais de 1.300 cooperativas de crédito do Brasil, apenas um pequeno grupo de aproximadamente 250 aproveitaram os benefícios da livre admissão (Resolução n. 3.106/03) e abriu-se para outros públicos que não o rural ou o segmentado (ver Tabela 1).

Tabela 1- Análise pelo BACEN do mercado de microfinanças no Brasil

Faixa	Total	100,0 %	87.089.976
H	Sem rendimento ¹	11,5	10 031 691
G	Até 1 salário mínimo	30,5	26 538 478
F	Mais de 1 a 2 salários mínimos	28,6	24 898 828
E	Mais de 2 a 3 salários mínimos	10,0	8 736 392
D	Mais de 3 a 5 salários mínimos	9,4	8 159 213
C	Mais de 5 a 10 salários mínimos	5,9	5 121 828
B	Mais de 10 a 20 salários mínimos	2,2	1 883 339
A	Mais de 20 salários mínimos	0,8	728 003

1/ Inclusive as pessoas que receberam somente em benefícios.

- As faixas A, B e C representam o público que interessa aos bancos tradicionais (8,9%);
- As faixas C, D e E são aquelas que representam ambiente mais propício ao desenvolvimento do cooperativismo de crédito (25,3%);
- As faixas de E a H são aquelas onde se situam o público-alvo das microfinanças (80,6%);
- As faixas C e E representam as zonas de concorrência.

Fonte: Banco Central do Brasil

Analisando os dados da Tabela 1 e comparando-os ao enorme desafio do Cooperativismo de Crédito brasileiro, o aumento da participação de mercado, vê-se que o público alvo das Cooperativas é de aproximadamente 22 milhões de brasileiros (somatório das faixas C, D e E).

Em termos de faixa de renda as Cooperativas de Crédito encontrariam maior respaldo na população com renda entre R\$ 1.000,00 e R\$ 5.000,00 mensais. Tem-se que 80,6% (faixas de E a H) das 87 milhões de pessoas com rendimento, ou seja, setenta milhões, encontram-se na faixa de renda compatível com o mercado das microfinanças. Considerando que metade tem

⁴

PABs - Postos de Atendimento Bancário;

PAPs - Postos de Atendimento Personalizado.

interesse em obter crédito, chega-se ao valor de 35 milhões de pessoas demandantes por microfinanças (40,2% de 87 milhões).

As Instituições de Micro Finanças ó IMFs atuam no mercado microfinanceiro, e são especializadas em prestação de serviços. São constituídas na forma de Organizações Não Governamentais (ONGs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips), Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte (SCMs), cooperativas de crédito, fundos públicos, bancos comerciais públicos e privados.

A atividade de microcrédito, no contexto das microfinanças, presta serviços exclusivamente à pessoas físicas e jurídicas, empreendedoras de pequeno porte. Sua metodologia é um diferencial em comparadas às operações de crédito tradicionais. É entendida como principal atividade do setor de microfinanças pela importância para as políticas públicas de superação da pobreza e também pela geração de trabalho e renda. A Figura 1 ilustra como ela se subdivide atualmente no Brasil:

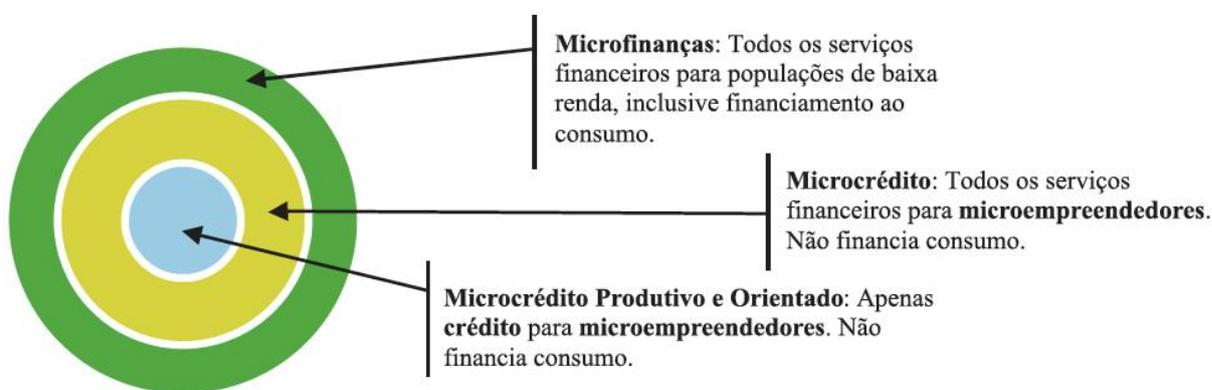


Figura 1 - Conceito de microfinanças, microcrédito e MPO.

Fonte: BCB - Banco Central do Brasil (2008, p.25).

O sistema cooperativista permite que uma gama maior da população passe a ter acesso ao sistema financeiro, o que repercute na conscientização de uma nova realidade, com possibilidades de investimento e trabalho com ganhos proporcionais. Aos poucos, essa consciência cristaliza-se enquanto cultura em determinadas regiões, a princípio. Nos últimos anos no Brasil, pudemos perceber uma transformação nas classes sociais e um aumento do número de consumidores. Parte desta nova atmosfera se deve ao trabalho realizado pelas cooperativas de crédito.

A dinâmica corporativista de crédito abre precedentes que vão muito além do que possa ter sido aqui demonstrado, em termos, não só econômicos, mas que abrange o cotidiano da vida pessoal de cada membro da sociedade. Se o cooperativismo de crédito vem se sobressaindo na economia do País, conforme foi visto, fomentam o empreendedorismo e contribuem enormemente no desenvolvimento, além de operar como uma peça importante no sistema financeiro nacional. Essa dupla propriedade gera uma riqueza efetiva, o que atrai mais investimento, mesmo externo, ampliando ainda mais as fronteiras de desenvolvimento para a Nação.

Por representar iniciativas dos próprios cidadãos, contribui de forma relevante para o desenvolvimento local, especialmente nos aspectos de captação de recursos para a formação de poupança e de financiamento de iniciativas empreendedoras que trazem benefícios evidentes em termos de geração de empregos e renda.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como principal objetivo conhecer a operacionalização das cooperativas de crédito mútuo junto ao Sistema Financeiro Nacional. O direcionamento da pesquisa levou em consideração a credibilidade dos dados apurados na pesquisa bibliográfica e documental. Baseado nesses pressupostos, o estudo aqui elaborado procurou contextualizar o *modus operandi* das cooperativas de crédito mútuo no cenário socioeconômico e financeiro através de alguns mecanismos e equações operacionalizáveis, que foram aqui revistas de forma objetiva.

A abordagem, em questão, retratada por uma específica não equiparável iniciativa socioeconômica, o *cooperativismo*, revelou-se um movimento propulsor para a construção de uma sociedade mais nivelada, inclusiva e sustentável. Além disso, demonstrou ter importância no Sistema Financeiro Brasileiro, pois as cooperativas de crédito já absorveram 5,8 milhões de associados⁵.

Apesar do fato do assunto ser um tanto carente de publicações, e, principalmente de dados oficiais, como por exemplo, estatísticas de censo, o sucesso da obtenção das informações e a credibilidade do que foi apurado, não limitou-se às pesquisas de documentos relacionados às cooperativas de crédito mútuo e ao referencial teórico do tema de estudo, senão por um breve estudo bibliográfico além da aplicação de conceitos de autores consagrados na área.

No confronto entre as teorias de diferentes autores, durante a pesquisa bibliográfica e documental, foram descobertos aspectos relevantes sobre o objeto de estudo. Diante das fontes pesquisadas, verificadas e vivenciadas, algumas respostas puderam ser elencadas para esclarecer alguns pontos de importância fundamental. Estes, elucidam o problema inicial desta pesquisa, que, em síntese, são dados concretos, com uma imanente legitimidade e razoável expressão.

A modalidade de microcrédito será crescente, tanto em número de adeptos quanto em postos de atendimento, pois toma embalo com a democratização crescente do acesso à informação. Esse fenômeno ultrapassa barreiras culturais pois se abrem ao desenvolvimento econômico da população. Em termos gerais, ganha impulso com a inclusão digital e com a revolução silenciosa⁶ do terceiro setor, que no tocante ao seu caráter transformador, aprimora as relações econômicas e sociais.

Como se não bastasse, há ainda, um outro fator favorável ao crescimento das microfinanças, a obsolescência e o barateamento das tecnologias, que se tornaram mais disponíveis e, muitas delas, subsidiadas pelo primeiro e segundo setor.

A globalização força o mercado a se profissionalizar, a buscar estratégias que diversifiquem as fontes de renda das empresas, não só em momentos de crise, mas também em ocasiões oportunas ou de bonança. Combinados à esses três fatores mencionados, aparece a Sustentabilidade, que tornou-se um filão multibilionário de mercado. Essa nova visão de conscientização do consumo e das formas alternativas de produção criaram novas demandas, novos serviços e produtos, o que implica no aumento da necessidade do mercado por maior *expertise*. O aquecimento do mercado ocasionado por tais variáveis culminou na Revolução Silenciosa do setor terciário e o Empreendedorismo. Nesse contexto, os benefícios que o microcrédito proporcionam geram concomitantemente, maior estabilidade econômica, o que constitui, em seu caráter estruturante e expansivo, sua legitimidade, portanto.

Contudo, entende-se que, como recomendação para estudos futuros, seria oportuno debruçar-se sobre um maior universo de pesquisas e dos dados coletados em cada cooperativa associada, para que sejam revelados com maior detalhamento os fatores relevantes dessa modalidade de crédito. São tantas as vantagens que o associado de uma cooperativa de crédito mútuo tem, mas principalmente a garantia financeira de seu esforço financeiro.

⁵ Dados da Revista Exame, em sua publicação anual "Melhores & Maiores de 2012".

⁶ *o* empreendedorismo é uma revolução silenciosa, que será para o século 21, mais do que a Revolução Industrial foi para o século 20+(Timmons, 1990)

7 REFERÊNCIAS

- BANCO CENTRAL DO BRASIL, **Cooperativas de crédito história da evolução normativa no Brasil**. Brasília 2003. Disponível em: <www.bcb.org.br>. Acesso em 20 outubro de 2012.
- _____, **Democratização do crédito no Brasil: atuação do Banco Central**, Brasília 2003. Disponível em: <www.bcb.org.br>. Acesso em 20 outubro de 2012.
- BARROSO, Marcelo Francini Girão. **Distribuição de resultados e desempenho de cooperativas de crédito: estudo comparativo no Estado de São Paulo**. Dissertação (Mestrado). Ribeirão Preto: USP, 2009.
- BRASIL, Banco Central. Resolução 2.771, de 30/08/2000. **A redução de exigência de capital inicial para a abertura de novas cooperativas**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2000/pdf/res_2771_v3_P.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2012.
- _____, Conselho Monetário Nacional ó CMN. **Resolução 2.682, de 21 de dezembro de 1999**. Dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Brasília, 1999.
- BRITO, G. A. S.; ASSAF NETO, A. **Modelo de classificação de risco de crédito de empresas**. Revista Contabilidade & Finanças, v. 46, p. 18-29, 2008.
- _____, Constituição (1988). **Emenda constitucional nº 9**, de 9 de novembro de 1955. Lex: legislação federal e marginalia, São Paulo, v. 59, p. 1966. Composição de cada Confederação. Disponível em: <<http://www.cooperativismodecredito.com.br/CECRED.html>>. Acesso em: 05 jun. 2012.
- CHAVES, Sidney Soares. **Cooperativismo de crédito e empresas de pequeno porte em arranjos produtivos locais**. Tese (doutorado). Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- DURKHEIM, Émili. **Da divisão do trabalho social**. [tradução Eduardo Brandão]. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GIDDENS, A., 1990. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora Unesp.
- GIDDENS, A., 2000. **Mundo em Descontrole - O Que a Globalização está Fazendo de Nós?** Rio de Janeiro: Editora Record.
- GIDDENS, Anthony. **A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia**, 5ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- Hierarquia da Estrutura Conceitual do Sistema Cooperativista**. Disponível em: <<http://www.cooperativismodecredito.com.br>>. Acesso em: 06 jun. 2012.
- LIMA, Romeu Eugênio de. **Desempenho das cooperativas de crédito que se transformaram para a modalidade de livre admissão**. Dissertação (mestrado). Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- MENEZES, Antonio. **Cooperativa de crédito: o que é e quais seus benefícios**. Brasília: Stilo, 2004.
- PINHEIRO, Marcos Antonio Henriques. **Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil**. 6 ed. ó Brasília: BCB, 2008.
- SCHARDDONG, Ademar. **Cooperativa de crédito: Instrumento de organização, econômica da sociedade**. Porto Alegre: Rigel Editora, 2002.
- SOARES, Marden Marques; SOBRINHO MELO, Abelardo Duarte de. et al. **Microfinanças: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito**. 2 ed. rev. amp. Brasília: BCB, 2008.